

A EDUCAÇÃO EUGÊNICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

LA EDUCACIÓN EUGENÉSICA EN EL BRASIL DE PRINCIPIOS DEL SIGLO XX

Recebido em: 02/06/2026

Aceito em: 15/06/2026

Publicado em: 28/06/2026

Manuel Alves de Sousa Junior 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Universidade de Santa Cruz do Sul

Resumo: O artigo analisa a educação eugênica no Brasil da primeira metade do século XX, investigando como o discurso educacional foi apropriado pelo movimento eugenista como estratégia de condução de condutas e de produção de subjetividades. Fundamentado na perspectiva da biopolítica de Michel Foucault e desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e bibliográfica, o estudo demonstra que a educação foi concebida pelos eugenistas como instrumento central para o aperfeiçoamento biológico, moral e social da população brasileira. A pesquisa evidencia que intelectuais como Renato Kehl defenderam a difusão da educação eugênica nas escolas, articulando-a a temas como higiene, sanitarismo, genética, educação sexual, exames pré-nupciais e controle dos casamentos. Tais medidas buscavam orientar a reprodução humana, prevenir a degeneração racial e fortalecer projetos de branqueamento da população. Conclui-se que a educação ocupou papel estratégico tanto na eugenia positiva quanto na negativa, contribuindo para a consolidação de hierarquias raciais e para a constituição da branquitude no Brasil. O legado dessas práticas ultrapassou o campo educacional, influenciando políticas públicas, processos de exclusão social e representações raciais cujos efeitos ainda podem ser percebidos na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Eugenia; Educação Eugênica; Biopolítica; Raça; Branquitude.

Resumen: El artículo analiza la educación eugenésica en Brasil durante la primera mitad del siglo XX, investigando cómo el discurso educativo fue apropiado por el movimiento eugenésico como una estrategia de conducción de conductas y de producción de subjetividades. Fundamentado en la perspectiva de la biopolítica de Michel Foucault y desarrollado mediante una investigación cualitativa, exploratoria, descriptiva y bibliográfica, el estudio demuestra que la educación fue concebida por los eugenistas como un instrumento central para el perfeccionamiento biológico, moral y social de la población brasileña. La investigación evidencia que intelectuales como Renato Kehl defendieron la difusión de la educación eugenésica en las escuelas, articulándola con temas como la higiene, el sanitarismo, la genética, la educación sexual, los exámenes prenupciales y el control de los matrimonios. Tales medidas buscaban orientar la reproducción humana, prevenir la degeneración racial y fortalecer los proyectos de blanqueamiento de la población. Se concluye que la educación ocupó un papel estratégico tanto en la eugenesia positiva como en la negativa, contribuyendo a la consolidación de jerarquías raciales y a la constitución de la blanquitud en Brasil. El legado de estas prácticas trascendió el ámbito educativo, influyendo en las políticas públicas, los procesos de exclusión social y las representaciones raciales cuyos efectos aún pueden percibirse en la sociedad brasileña contemporánea.

Palabras-chaves: Eugenesia; Educación Eugenésica; Biopolítica; Raza; Blanquitud.

INTRODUÇÃO

Muito popular no meio científico e na elite social na primeira metade do século XX, a Eugenia pretendia o melhoramento humano por intermédio da pureza racial, sendo que os preconceitos sociais e raciais imperavam e moldavam o domínio biológico em prol do progresso nacional, atuando entre defensores de medidas reformistas sanitárias e educacionais até

propostas radicais de aprimoramento do perfil racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos.

Para Diwan (2007), o objetivo da Eugenia era implantar um método de seleção humana baseado em premissas biológicas que se daria por meio da ciência de modo a purificar a raça, aperfeiçoar o homem e evoluir a cada geração, fazendo os homens cada vez mais saudáveis, fortes e belos. Souza (2019) complementa que a Eugenia, além de fomentar as discussões sobre raça, gênero, matrimônio, imigração e a formação das identidades nacionais, também apresentou “noções cientificamente fundamentadas que procuravam justificar as diferenças entre os indivíduos biologicamente ‘superiores’ e ‘inferiores’, entre os ‘aptos’ e ‘inaptos’” (Souza, 2019, p. 33).

Já a historiadora Nancy Stepan (2005) cita a Eugenia como um movimento científico e social que representava as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter uma melhor reprodução por intermédio da pureza racial de determinados grupos. Associada ao Darwinismo e Mendelismo sociais, a Eugenia foi “um programa social que privilegia o controle direto da reprodução humana em lugar de métodos indiretos de melhoramento humano” (Stepan, 2005, p. 39). A autora ainda refere que a Eugenia promoveu uma grande discussão sobre projetos sociais que mobilizaram a sociedade e autoridades políticas como um todo.

A Educação foi uma das áreas que os eugenistas brasileiros mais se debruçaram para promover a propagação dos seus ideais com a função de estimular as habilidades dos eugenizados em prol do aperfeiçoamento da raça, que, por sua vez, levaria a mudanças significativas na sociedade. Em 1929, Renato Kehl, principal expoente da eugenia brasileira, afirmou que “a educação é, indubitavelmente, a alavanca mestra do progresso social, sendo necessario, porém, ter em conta a alavanca mestra do progresso biológico que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia” (Kehl, 1929a, p. 48). Assim, a Educação atuou como um dispositivo de controle dos discursos de verdade pelo movimento eugenista.

O eugenista, membro da CCBE, da *Eugenics Society* de Londres e da *American Genetics Assotiation*, Octávio Domingues (1929, p. 132-133) registrou que educar não é só alfabetizar, “é despertar a máquina humana para a produção, de acordo com as suas tendências inatas. [...] Se a educação não tem o privilégio de mudar as más heranças em boas, tem essa função de controlar as tendências inatas do indivíduo”.

Em conformidade com Jardim (2006, p. 105), a educabilidade é o “meio privilegiado em que saber e poder estão mais explícitos para a implantação de uma técnica institucional: de vigilância, de hierarquia, de disciplina e de controle”. Pode-se fazer um deslocamento do pensamento de Foucault (2020a, p. 161) para a Educação eugênica no Brasil, quando ele pontua que os primeiros sonhos de aperfeiçoamento da espécie deslocam todo o problema do sangue para uma “gestão bastante coercitiva do sexo (arte de determinar bons casamentos, de provocar as fecundidades desejadas, de garantir a saúde e longevidade das crianças), enquanto a nova ideia da raça tende a esmaecer as particularidades aristocráticas do sangue”.

Para grande parte dos intelectuais do período, era necessário eugenzar, higienizar, sanear e educar a raça brasileira por meio de bons casamentos entre indivíduos caucasianos dotados de boa constituição biológica. O racismo de Estado pode ser lido nesse contexto, uma vez que a intenção era aperfeiçoar a raça, de modo a eliminar da sociedade os indivíduos considerados degenerados e impuros, que funcionavam como um perigo biológico.

Neste sentido, na Eugenia brasileira, os mendelianos tendiam a acreditar que esse processo era dificultoso aos disgênicos pela falta de características hereditárias eugenzadas, mas a Educação teria a prerrogativa de salvar da degeneração ocasionada pelos venenos sociais, que, por sua vez, poderiam ter condições de perturbar as células reprodutoras e dar origem às taras hereditárias. Enquanto os neolamarckistas, para Jerry Dávila em entrevista a Carvalho e Corrêa (2016, p. 231), traziam “a noção de que o ambiente e a cultura podiam inibir ou nutrir o desenvolvimento e mudar a condição de uma população como um forte impulsionador para políticas públicas em áreas como educação e saúde”. Os dois grupos tinham em comum, no Brasil, a atenção voltada para a Educação a partir da implementação de medidas eugênicas.

Segundo Dávila (2006), a Eugenia no Brasil ajudou a fomentar políticas públicas educacionais e, por consequência, ampliar o desenvolvimento e a Educação no país o que se deu por meio de reformas, haja vista que a escola seria um meio de eugenzar os deficientes e degenerados, ainda que parcialmente. “A ligação entre eugenia e escola teve efeitos contraditórios: por um lado, concentrou esforços, recursos e técnicas para ampliar a educação pública num molde que alcançava famílias até então excluídas” (Dávila; Carvalho; Corrêa, 2016, p. 231). Por outro lado, os conceitos eugenistas que nortearam a educação nas escolas e ordenavam os alunos e professores definiam como deficientes as pessoas negras ou provenientes de meios pobres. Nesse sentido, a presença do pensamento eugênico no ambiente escolar resultou em uma moderna inclusão marginalizadora ao invés de um processo de exclusão.

Como a Educação eugênica atuou no Brasil na primeira metade do século XX? Como o discurso educacional foi utilizado pelo movimento eugenista no Brasil? Como a verdade e a condução de condutas do pensamento foucaultiano podem ser interpretadas no diálogo com a Educação eugênica? De que forma a Educação eugênica contribuiu para a constituição da branquitude no Brasil? Essas e outras questões serão problematizadas neste artigo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de estudos sobre eugenia, biopolítica e necropolítica, desenvolvidos ao longo do doutoramento do autor e da sua participação no grupo de pesquisa “Identidade e Diferença na Educação da Universidade de Santa Cruz”(UNISC). O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: Como a educação eugênica atuou no Brasil no início do século XX? Assim, a metodologia escolhida foi qualitativa, visto que não existiu a análise de dados estatísticos/números e exploratória, já que possui a premissa de explorar o tema, de modo a torná-lo mais explícito ou para constituir hipóteses. A pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois identifica as características de determinada população, e explicativa, ao tentar identificar os fatores que interferem na ocorrência de determinados fenômenos (Boaventura, 2004). Para atingir este objetivo metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico com autores renomados na área em artigos, livros, entrevistas, teses, dissertações e correlatos, além de documentos históricos que auxiliam na compreensão dos fenômenos sociais estudados. Todo o trabalho teve como arcabouço teórico a biopolítica proposta por Michel Foucault.

EDUCAÇÃO EUGÊNICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Para Hillesheim (2015), a Educação ocorre em todos os lugares e os indivíduos são nutridos por ela a todo momento. Conforme a autora, “os sujeitos aprendem em todos os lugares, das mais variadas maneiras, com os outros e consigo próprios” (Hillesheim, 2015, p. 791). Deslocando esse pensamento para a Eugenia, a Educação foi utilizada a partir de uma condução de condutas da população por meio de jogos e efeitos de verdade, norma, saber-poder e subjetividade em prol da educabilidade do corpo populacional. Segundo Foucault (2010, p. 22), “somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. [...] Portanto: regras de direito, mecanismos de poder e poder dos discursos verdadeiros”

são utilizados em conjunto e aqui, nesta pesquisa, direcionados para pensar a Educação eugênica e suas contribuições para a branquitude no Brasil.

De acordo com Foucault, o exercício do poder

não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apóia sobre estruturas permanentes (Foucault, 1995, p. 242).

Os mecanismos e métodos eugenistas foram utilizados como estratégia biopolítica do poder, o que fica evidenciado quando o filósofo trata das redes de poder como “instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (Foucault, 2010, p. 29).

A partir dessas reflexões e pensando na construção da verdade, pode-se indagar: como cada sociedade possui e constitui sua política de verdade e instaura seu regime de verdade?

Foucault (2011) aponta que a verdade pode ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados pela produção, repartição e circulação de enunciados tomados como verdadeiros pela sociedade e complementa:

A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (Foucault, 2011, p. 217).

Foucault (2011, p. 218) afirma que existe um combate pela verdade ou em torno dela e que “não se trata de um combate ‘a favor’ da verdade, mas em torno do status da verdade” constituindo um papel político desempenhado por ela. A verdade “é ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e a sustentam e a efeitos de poder induzidos por ela e que a reconduzem. ‘Regime’ da verdade” (Foucault, 2011, p. 218). Conforme Foucault (2010), a verdade é produzida e conduzida pelo poder: “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade” (Foucault, 2010, p. 22).

Foucault (1995) apresenta o poder como um ato de conduzir os outros com mecanismos de coerção e a partir de um comportamento em um campo mais ou menos aberto de

possibilidades, mecanismo utilizado pela Educação eugênica. Para o filósofo, todas as pessoas estão destinadas, de alguma forma, a agir sobre a possibilidade de ação dos outros indivíduos. Assim, “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. [...] Ele [o poder] não recobria apenas formas instituídas e legítimas de assujeitamento político [...] mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados” (Foucault, 1995, p. 244).

Os sujeitos são constituídos a partir da relação com a verdade. Silva e Hillesheim (2021) afirmam que a política da verdade apresenta-se entre a vontade de verdade e as relações de poder, sendo constituída como um processo em que os discursos são investidos como verdadeiros. Para os autores, o regime de verdade utiliza instituições e instâncias que almejam uma espécie de acordo social com foco naquilo que é considerado como verdadeiro. Os autores destacam que “a produção da verdade, portanto, obedece a uma determinada episteme ou a dispositivos que regram os jogos de verdade” (Silva; Hillesheim, 2021, p. 07).

Foucault (2011) afirma que a verdade é centrada na forma do discurso científico e a partir das instituições que o produzem, assim como existe a necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político. “Ela [a verdade] é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos. [...] ela é o que está em jogo em todo debate político e enfrentamento social (lutas ‘ideológicas’)” (Foucault, 2011, p. 217).

Trazendo, neste ponto, a raça para o debate, na condição de um dos pilares narrativos das identidades nacionais, foi também, a partir do século XIX, que o dispositivo de gestão da vida e gestão do corpo-espécie da população atuou para o racismo funcionar como dispositivo da eliminação da vida de indivíduos de outros grupos. Michel Foucault não cita o racismo étnico, mas ao tratar sobre o racismo de Estado, pode-se pensar na Educação eugênica, quando ele refere que

a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês tem um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (Foucault, 2010, p. 215).

Silva e Sousa Junior (2022, p. 184) defendem que a entrada da vida no cálculo biopolítico na modernidade “implicou na qualificação e aprimoramento da vida, mas isso também significou que, para a qualificação dessas vidas que devem ser aprimoradas, alguns podem ou mesmo devem morrer”. Os autores afirmam que Foucault encontrou, no racismo de

Estado, o dispositivo que atravessa o corpo-espécie da população e identificou quem deve e não deve viver. Assim sendo, para Foucault (2010, p. 214), o racismo foi “o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Os autores finalizam essa discussão apontando “que essa cesura que divide e hierarquiza a população, é uma forma de relação de tipo biológica, que premia os que merecem viver mais que os outros” (Silva; Sousa Junior, 2022, p. 184).

Ao trazer a Educação eugênica para a discussão, indaga-se: como o movimento eugenista atuou por intermédio da Educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil? Como o discurso educacional era utilizado pelos eugenistas no Brasil?

FACES DA EDUCAÇÃO EUGÊNICA

A Educação eugênica¹ foi a principal forma de difusão da Eugenia no Brasil, tanto no ambiente formal quanto por meio dos processos de subjetivação, na Educação não academicista, por intermédio da branquitude. Assim, para a *intelligentsia*, essa modalidade educacional não deveria ficar restrita aos processos educativos em ambientes escolares, mas também deveria ter larga amplitude social. Para Renato Kehl (1932b, p. 01), a Educação eugênica era imprescindível “para a formação de uma mentalidade nova; para a constituição de uma sociedade sã e moralizada; para a composição de uma humanidade de indivíduos integralmente fortes e bellos, - elementos de paz e de trabalho”.

A intenção era que os ensinamentos eugenistas, aliados aos higiênico-sanitários, fossem incorporados ao modo de vida da população brasileira. O próprio Kehl (1920, p. 16) já defendia que “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar” e que era necessário fomentar “a educação eugenica dos ignorantes, que são victimas de tantos males perfeitamente evitáveis” (Kehl, 1919b, p. 181). Neste sentido, a ciência de Galton, como também é chamada a eugenia em homenagem ao seu fundador, dialogou com diversos projetos, políticas e teorias, como o branqueamento da população, a Higiene, o Sanitarismo e o Darwinismo social. Renato Kehl (1929b) ao citar a tese para livre docência de *Higiene na Faculdade de Medicina de Recife* sobre o exame médico pré-nupcial de autoria do Dr. Waldemar de Oliveira (1900-1977),

¹ Nos anos 1930, a Educação eugênica estava tão disseminada pelo mundo que o Papa Pio XI publicou a encíclica *Casti Connubii* em que, apesar de condenar a esterilização, defendia a Educação eugênica: “Há efetivamente, alguns que, com demasiada solícitude dos fins eugênicos, não só dão certos conselhos salutares para que facilmente se consiga a saúde e o vigor da futura prole — o que não é, certamente, contrário à reta razão” (Pio XI, 1930).

entusiasta da Eugenia, disse que era necessário educar e instruir o povo já que “somos um paiz de analphabetos, commandados por uma reduzida *elite* intellectual” (Kehl, 1929b, p. 04, grifo do autor). Para Rocha (2011, p. 172), “era preciso ‘educar para os fins eugênicos’, conscientizar sobre o ‘perigo’ da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns à sua linhagem”. Kern (2020, p. 310-314) defende que

a promoção da educação eugênica - uma educação dedicada ao nobre propósito do melhoramento racial da população brasileira - seria determinante para a materialização do programa de intervenções proposto pelo movimento eugenista. [...] Uma vez que a educação eugênica fosse amplamente difundida na sociedade, o meio, a população brasileira poderia ser alertada quanto aos prejuízos da inferioridade racial e ser esclarecida quanto aos enormes benefícios da eugenia.

A Educação eugênica proposta pelo movimento eugenista fica evidente ao observar que, no projeto dos estatutos da SESP, elaborados por Renato Kehl, estava presente o ato de educar com “a divulgação, entre o publico, de conhecimentos higienicos e eugenicos para o bem do individuo, da collectividade e das gerações futuras” (A Sessão..., 1917, p. 05). Silva (2023, p. 34) indica que a Eugenia no Brasil atuou “a partir de estratégias educacionais e processos de subjetivação que apontavam para um modelo sociocultural europeizante”. A Educação eugênica foi “estratégica para tornar possível a construção de um país marcado pela miscigenação e proliferação de doenças” (Silva, 2023, p. 40).

A governamentalização do Estado brasileiro ocorre efetivamente a partir dos anos 1930, quando assistimos à instituição de políticas e governo de condutas regulados cientificamente, tendo a medicalização da ordem familiar, o investimento em uma educação nacionalista, eugenista e sanitária como prioridades. É o Estado que a partir de 1930 passa a regular a família como estratégia na construção do corpo-espécie da população (Silva, 2023, p. 40).

Neste sentido, a Educação eugênica pode ser deslocada para o pensamento foucaultiano quando o filósofo explica que

as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referiram necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas (Foucault, 2010, p. 33).

Renato Kehl (1931, p. 05) era taxativo ao afirmar que a Educação eugênica “é imprescindível para o progresso biológico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiais e normaes, como matéria à parte ou, não sendo possível, como parte da história natural ou da hygiene”. Neste sentido, por meio da

Educação, os eugenistas da elite letrada buscavam promover uma consciência eugênica em toda a sociedade, sobretudo, nos jovens, tentando despertar o compromisso com os ideais eugênicos: “a educação eugênica atingiu presentemente as *élites*. Não ha estudioso das ciencias medicas, juridicas sociais, pedagogicas que não se interesse pelas questões galtonianas” (Kehl, 1932c, p. 03). Souza (2019, p. 174) afirma que Kehl entendia a Educação como “uma prática eugênica essencial para a regeneração dos corpos e das mentes dos indivíduos”. Renato Kehl (1932a) resume que a Educação eugênica deveria ater-se a 12 pontos que beneficiariam a todos os indivíduos para um futuro promissor das próximas gerações, sendo eles:

- Seleccion matrimonial
- Exame prenupcial
- Fomento da paternidade digna
- Retardamento da paternidade duvidosa
- Impedimento da paternidade indigna
- Limitação da natalidade em casos indicados
- Protecção ás familias de bem-dotados
- Segregação
- Esterilização
- Immigração seleccionada
- Cruzamentos eugenicicos, com impedimento para os dysgenicicos
- Consciencia eugenicica - politica eugenicica (Kehl, 1932a, p. 09).

O médico Levi Carneiro (1929), conferencista no CBE, defendeu que o melhoramento racial da humanidade dependia da Eugenia aliada ao Meio ambiente, hereditariedade, leis sociais e Educação. Segundo ele, a Educação e a Eugenia eram indissociáveis e a educação dos degenerados era uma perda de investimentos.

O ensinamento da eugenia, é, afinal, o mesmo da educação; a defesa da raça depende, como a do indivíduo - da educação. Só a educação completa a obra stricta da Eugenia. Dá à semente o campo, o ambiente em que se desenvolva, floresça e fructifique. A eugenia é uma collaboradora da educação, não uma adversária. Aproveitemo-nos della (Carneiro, 1929, p. 111).

Carneiro Leão (1887-1966), Diretor Geral da Instrução Pública do governo federal, no final do livro *A Fada Hygia* de Renato Kehl (1930a), relatou que, por toda parte, a Cultura física tornou-se a base da Educação e que “ha, em todos os meios cultos, a preocupação do conhecimento da puericultura, pediatria, hygiene e até da eugenia, para completar a preparação do verdadeiro educador” (Leão, 1930, p. 167).

Na década de 1920, o pensamento eugênico brasileiro estava aliado às pautas da Eugenia preventiva, como a **Higiene e o Sanitarismo**. O interesse central do movimento eugenista “consistia em elaborar um amplo programa de propaganda e conselhos higiênicos, de combate

às doenças e outros ‘males sociais’, com vistas ao melhoramento da saúde pública e do futuro da raça” (Souza, 2019, p. 90).

Os **higienistas** defendiam a higiene moral da sociedade, ou seja, “não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene” (Diwan, 2007, p. 36). Assim, a doença apresenta-se como um problema socioeconômico e a necessidade do isolamento e exclusão dos menos adaptados era latente. Nas primeiras décadas do século XX, a noção de profilaxia foi extrapolada para além dos limites de uma higiene voltada apenas para corpos e espaços. Ela consolidou-se como uma profilaxia moral, social e racial em muitos casos. Diwan (2007) pontua que legisladores e advogados defendiam que a figura do médico atuava como um técnico que os auxiliaria na correta aplicação das leis sanitárias para a cura social. Apesar da Eugenia ser aliada da Higiene em vários aspectos, para alguns eugenistas, a proposta dos higienistas era refutada, já que contribuía para a manutenção dos indigentes, doentes e delinquentes, ou seja, “melhorar as condições de vida dos grupos degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração da raça” (Diwan, 2007, p. 36).

O **movimento sanitarista** teve grande contribuição para o plano ideológico de construção do projeto de nação e a “construção da nacionalidade, como acenavam os sanitaristas, passava pela saúde pública; nesse sentido, o atraso nacional se explicava pela doença e não pelo determinismo biológico (racial)” (Bonfim, 2017, p. 100). Os eugenistas encontraram, no Sanitarismo, uma solução para o problema da regeneração nacional, como Olegário de Moura, vice-presidente da SESP, que argumentou que o Sanitarismo e a Eugenia caminhavam juntos:

diga-se desde logo que Saneamento e Eugenia é uma e mesma coisa. Para o público, Saneamento é talvez uma palavra mais comprehsível, mais accessível. Pois bem, não há motivo algum para ser recusada a palavra Eugenia, tanto mais que esta tem caracter científico. [...] Saneamento-Eugenia aspira ser, e, de facto é, o fundamento essencial, inconteste e logico para o desdobramento e para a márchã ascendente da civilização, nesta parte do planeta (Moura, 1919, p. 83).

O médico Belisário Penna, grande entusiasta do Sanitarismo, aliava a Educação higiênica com a eugênica e ressaltava que deveria começar desde a escola primária para construir uma consciência sanitária nacional. Silva (2014, p. 914) complementa o debate ponderando que “a educação era a ‘arma’ mais poderosa de divulgação e implementação de políticas higienista-eugenistas no país”. Para Penna, os pressupostos da Educação higiênica e eugênica ocorreriam por meio da “preparação do corpo pela educação física; da mente pela

educação moral; do intelecto pela educação formal e para o trabalho pela educação profissional” (Santos, 2012, p. 61). A Educação física

como a educação de modo geral, deveria estar engajada nesse projeto de higienização social, de aperfeiçoamento moral e racial da população. Educação que atingia o corpo do indivíduo, corrigia suas posturas, sua higiene e suas condutas e, por outro lado, atingia a população, entendida como corpo-espécie, através das estratégias de governo biopolítico, o que produziria sentido para a criação da nacionalidade (Silva, 2014, p. 918).

Além da Educação física, a Educação eugênica tinha várias frentes como tentativa de intervenção na sociedade, como, por exemplo: **a Genética, a Literatura infantil, os concursos de Eugenia e robustez infantil, o controle de casamentos, os exames pré-nupciais, a Educação sexual, a interferência na reprodução e na família.**

Temas ligados à **Genética** (com viés eugenista) deveriam ser ensinados para que as crianças aprendessem sobre Genética para poderem entender a importância e a raiz da Eugenia. Para isso, esses temas deveriam estar presentes “desde a Escola Primária, por ser a ciência-mater da Eugenia, no relativo a todos os seres vivos; é a ciência que *ensina a apurar boas qualidades, à luz da Biologia*” (Kehl, 1929c, p. 04, grifo do autor). Na visão dos eugenistas, era preciso despertar nas crianças o interesse sobre a Genética e a hereditariedade. Em conformidade com Octávio Domingues (1930a, p. 02), uma das bases da ciência eugênica era a Genética: “não é possível falar da Eugenia, convencer um povo das vantagens que advirão à raça, com a aplicação de medidas eugenicadas, se esse povo desconhece as bases mesmas dessa ciência e dessas medidas”. Pela hereditariedade, era possível transmitir “sementes eugenizadas” aos descendentes para a geração de indivíduos fortes e saudáveis, como refere Kehl (1930b, p. 02):

não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtêm typos fortes, bellos e moralizados de homem, – mas sim, pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos saudáveis, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos.

A Educação eugênica atuava na infância em diversos aspectos. Sobre o tema, Paula Habib (2023, p. 141) aponta que, na **Literatura**, “se as ideias eugênicas não haviam sido muito bem recebidas pelo público ‘adulto’, uma outra forma de propagá-las e disseminá-las poderia ser por meio das crianças”. Fazendo-o por sua imersão nas mais diversas disciplinas nas escolas, “Lobato foi, aos poucos, incutindo nas crianças o racismo e os preceitos da Eugenia quando pretendia transmitir-lhes princípios cívicos e higiênicos” (Habib, 2023, p. 144). Foi essa a linha

adotada por Monteiro Lobato, reverenciado até os dias atuais pela contribuição com a literatura infantil. Silva (2014, p. 913) pondera que

os manuais escolares, bem como a literatura infantil, deveriam constituir o veículo de pedagogização eugênica no Brasil. Daí o investimento em conferências em escolas e instituições educacionais, a publicação em jornais e livros de acesso mais amplo da população escolar.

Reforçando o interesse da Eugenia com as pautas ligadas às crianças, Renato Kehl participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção à Infância em 1922 e reforçou aos presentes a conscientização de que instruir é eugenizar e sanear é eugenizar, demonstrando a importância da Educação eugênica para as crianças. Dentre os diversos artigos que escreveu para jornais, em 14 de junho de 1923, Kehl registrou para o jornal *Gazeta de Notícias* que, para que a Educação fosse eficaz e atingisse os bons hábitos de saúde, era necessário educar o espírito ainda dócil das crianças. O autor defendia que a Educação higiênica e eugênica deveria começar por conselhos diários nos lares “desde tenra idade, pelas mães, no lar, e pelos mestres no jardim de infância e nas escolas primárias” (Kehl, 1923a, p. 03). Em 1923, Kehl publicou a primeira edição do livro *A Fada Hygia*, autointitulado como o primeiro livro sobre Educação higiênica e moral dirigido às crianças. No ano seguinte, a cartilha da Higiene, como ficou conhecido, foi adotado como material didático para escolas públicas de diversos estados brasileiros².

Concursos de Eugenia e robustez infantil movimentaram a intelectualidade periodicamente a partir da década de 1920 (figura 18). Silva (2023) aponta que o primeiro evento dessa natureza ocorreu em 1922 por iniciativa do pediatra Arthur Moncorvo Filho (1871-1944). As escolas faziam seletivas entre seus estudantes que eram encaminhados para os concursos. Eles escolhiam a criança mais eugenizada dentre as inscritas em cada certame, a partir de critérios como beleza, saúde mental e física, robustez e procedência dos ascendentes, inclusive, sobre casos de alcoolismo e deficiências, como a vencedora de 1928 que “tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios” (Kehl, 1929d, p. 01).

Em São Paulo, na ocasião do 6º Concurso de Eugenia Infantil, um dos organizadores declarou, para o jornal *Correio de São Paulo*, a diferença entre os concursos de Eugenia e de robustez na reportagem intitulada *Estimulando o aperfeiçoamento da raça*, demonstrando a preocupação dos eugenistas com a raça no Brasil: “no concurso de robustez, procura-se

² A informação está na 2ª edição do livro: “adoptado, oficialmente, pela Directoria Geral de Instrucção Publica de varios Estados do Paiz” (Kehl, 1930a, p. 03).

seleccionar a criança forte, sem que, para isso, seja necessário um exame acurado, metucioso sobre a hereditariedade. No de eugenia, porém, os paes são obrigados, também, a submeterem-se a certas provas” (Estimulando..., 1936, p. 07). Os concursos funcionaram como uma ideia de popularização da Eugenia, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Concursos de beleza já ocorriam antes da Eugenia, absorveram a ciência eugênica e, após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio do movimento eugenista, permaneceram com outras nomenclaturas.

A **intervenção na reprodução das famílias** era utilizada como um dispositivo de sexualidade para tentar estimular que pessoas eugenicamente aptas tivessem filhos em detrimento dos degenerados e inaptos que não deveriam procriar. Desse modo, os jovens eugenicamente sadios, deveriam ter filhos logo no início da união matrimonial, de forma que o número de filhos fosse maior do que em casais de degenerados, contribuindo, assim, para a formação do país cada vez mais eugenizado, ou seja, era necessário “impedir, por todos os meios, o casamento das pessoas que não estiverem em situação de dar origem a uma prole sadia e valida” (Ribeiro, 1930, p. 02). Os elogios aos eugenizados que tinham filhos era uma prática comum, como no artigo intitulado *Crescei e Multiplicai-vos* no *Boletim de Eugenia* em que Kehl (1930b, p. 01) relata que “uma senhora muito religiosa, casada ha 9 annos, teve agora o oitavo filho. Desde o primeiro parto que cada 11 mezes lança ao mundo um novo rebento. É uma heroína em coragem e abnegação”. Foucault aponta para o perigo biológico como uma guerra não bélica, militar ou política quando afirma que se

esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2010, p. 215).

A intenção era que as novas gerações fossem cada vez mais brancas e puras, livres dos elementos biológicos que causavam a degeneração do povo. Os eugenistas tinham o objetivo de racionalizar a natalidade, o que se daria pela orientação da reprodução, sendo que, neste sentido, para Souza (2019, p. 90) o “objetivo era regulamentar o matrimônio e impedir a união conjugal entre os indivíduos considerados inadequados, portadores de taras hereditárias, criminosos e delinquentes”. Como Kehl (1923b, p. 04) afirma

não é exagero dizer-se que nas mãos dos noivos se acham as luzes ou as trevas da prole. São elles que no consórcio de caracteres optimos dão nascimento a filhos fortes

e bellos, como os portadores de taras e degenerações dão nascimento a idiotas, a aleijões, a monstriparos de toda sorte.

Esse controle da natalidade pode ser correlacionado com o racismo de Estado foucaultiano, quando o filósofo denominou uma espécie de cesura do tipo biológico, que seria responsável pelo “corte” entre os indivíduos que deveriam viver e os que deveriam morrer no contínuo biológico da espécie humana. Pelbart (2011, p. 58) complementa que

a sexualidade encontra-se precisamente nesse entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações, a dos controles infinitesimais, o micropoder sobre o corpo e as medidas massivas, estimacões estatísticas, intervenções que visam o corpo social como um todo.

Os **exames pré-nupciais** obrigatórios eram uma preocupação dos eugenistas e higienistas. Os nubentes, como eram chamados os noivos, eram estimulados a fazerem exames e consultas médicas, que consistiam em uma medida de suma importância para evitar as degenerações hereditárias originadas do contato com álcool, sífilis e tuberculose. Desse modo, deveria caber aos médicos o poder de adiar e até mesmo impedir casamentos. Conforme Kehl (1919a, p. 07), o exame era “um dos meios de cercear a liberdade de dar nascimento a uma prole de degenerados, de idiotas, de tarados de toda espécie”.

Em linhas gerais os eugenistas entendiam a proposta do EPN [Exame Pré-nupcial] nos seguintes termos: visavam a realização de uma consulta médica e exames laboratoriais àqueles que pretendiam se casar. Tratava-se de atestar as condições de saúde física e mental dos nubentes. Esse exame não tinha por pretensão ser um atestado de virgindade das noivas. Ao que parece, no caso das mulheres, não deveria ser um exame ginecológico, e, sim, apenas uma inspeção clínica geral [embora o exame íntimo não fosse descartado por alguns políticos, cientistas e intelectuais] (Peixoto, 2017, p. 39).

No Brasil, ao contrário de diversos países do mundo³, não houve lei específica com obrigatoriedade para os exames pré-nupciais, apesar do tema ter sido discutido na Assembleia Constituinte de 1933 e de estar sendo discutido no meio científico desde 1918, quando os eugenistas da SESP já tentavam introduzir no *Código Civil Brasileiro* e os psiquiatras eugenistas da LBHM fizeram campanhas para transformar em lei, sobretudo, a partir de 1925. Esse ponto foi sempre tratado pela Eugenia preventiva com a mídia divulgando medidas educativas eugênicas e higiênicas para os exames pré-nupciais, sendo que os eugenistas

³ Ribeiro (1930) aponta que, em 1909, já existia lei exigindo o certificado de saúde dos nubentes em Washington nos Estados Unidos. Em 1930, o documento já era solicitado em 14 estados estadunidenses e diversos países europeus como Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Áustria. Na América do Sul, no mesmo período já existiam leis tornando obrigatório o atestado de saúde dos noivos no Chile e Equador.

colocavam nos pais a culpa pelo nascimento de crianças “cegas, surdas e mudas, aleijadas, rachíticas, degeneradas ou loucas” (Ribeiro, 1930, p. 02). Para Souza (2019, p. 90), “através de campanhas em defesa do exame pré-nupcial e do controle racional da natalidade, os eugenistas procuravam instruir as famílias sobre a importância da reprodução eugênica”.

A **Educação sexual** nas escolas, como defendido por eugenistas como Renato Kehl, “visava à formação de uma consciência familiar eugênica que auxiliaria o Estado na construção do futuro da nação” (Silva, 2023, p. 43). Essa vertente da Educação buscava instruir as crianças sobre orientação sexual, casamento e criação dos filhos. As meninas, por sua vez, ainda eram preparadas para suas futuras obrigações de esposa, dona de casa e mãe.

De acordo com Kehl (1926, p. 42), caberia aos médicos, pais e professores “educar e civilizar o instinto de reprodução, obstando o caos moral, o tormento de saber o que se deve aprender com pureza e clarividência. [...] Desse modo evitar-se-ão vícios, desregramentos, doenças, ruínas, degenerações”. Kehl defendeu uma tese na I Conferência Nacional de Educação em Curitiba (1927) em que a Educação sexual deveria começar a partir dos quatro anos de idade e abordar todos os assuntos pertinentes paulatinamente, assim como essa Educação deveria ser estendida aos jovens e até mesmo aos adultos, que, muitas vezes, casam-se sem os conhecimentos básicos sexuais ligados à Higiene e Eugenia, “a formação de um ideal como o da Eugenia precisa iniciar-se na escola. A criança deve começar a aprender, desde muito pequena, o verdadeiro papel que representa como célula cooperadora do grande organismo coletivo” (Kehl, 1933, p. 217). Para o médico, a Educação eugênica deveria estar presente em todos os níveis de ensino, incluindo a Educação superior.

Esse evento, além de tratar sobre as reformas no ensino para estruturação de um sistema de ensino unificado no país, também buscava discutir sobre o tipo de indivíduo que deveria ser constituído moralmente por meio da Educação. Por exemplo, pela tese de Belisário Penna (1927), no mesmo evento, a missão dos homens de ciência, como eram chamados os eugenistas, seria a de popularizar a Educação eugênica, higiênica e sanitária para desenvolver uma consciência nos indivíduos sobre os perigos de uma vida “disgênica”. Para o professor Nicolau Ângelis (1927, p. 443), em tese defendida no mesmo evento, o dever dos professores é “difundir nas escolas, às classes mais adiantadas, as consequências da sífilis, do alcoolismo e outros de degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as consequências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Eugenia exibiu diversas faces pelas nações onde se fez presente. Na versão brasileira, apresentou-se como um caldeirão multifacetado e polissêmico, em que vários projetos se expressaram, debateram em discussões acaloradas e buscavam conquistar cada vez mais adeptos. A ciência de Galton esteve entranhada na elite letrada do país e, por intermédio de seus apoiadores, buscou alcançar todas as esferas da sociedade, contando com políticas públicas em muitas ocasiões. O caso brasileiro ganhou destaque pelo mundo, dentre outras questões, por algumas contradições, como, por exemplo, na crença no neolamarckismo por grande parcela dos intelectuais do país, tema já bem resolvido em outras nações ocidentais.

A Educação, aqui entendida como a vertente formal e a educabilidade/subjetivação, figurou como ponto central desta pesquisa, devido à sua relação com a Eugenia e outros movimentos correlacionados como a Higiene e o Sanitarismo. São inúmeras as vezes que Renato Kehl e outros eugenistas citam a Educação como protagonista e aliada da Medicina nas discussões em prol do melhoramento racial, particularmente, pela crença no neolamarckismo, ou seja, o determinismo biológico-racial a partir do social assumiu uma dimensão claramente educativa. A Educação apresentou-se como elemento preponderante tanto na Eugenia negativa quanto na positiva, atuando como um instrumento auxiliar no aprimoramento da humanidade e regeneração nacional.

Foram encontradas evidências de que a Educação eugênica contribuiu substancialmente para a constituição da branquitude no Brasil em um país marcado pelos recortes raciais e eugenistas, a partir do privilégio e superioridade brancos e inferioridade não-branca, relegada, muitas vezes, a estereótipos preconceituosos. A justificativa científica para o racismo, as políticas de imigração seletiva com restrições de não-brancos, o reforço aos estereótipos raciais, a influência eugênica na Educação e na Cultura e ideais eugenistas como política de Estado são alguns exemplos de contribuições da Eugenia para a constituição da branquitude no Brasil. O enraizamento desses elementos na sociedade deixou como legado um impacto que ainda pode ser percebido na contemporaneidade no Brasil (esse viés não faz parte desta pesquisa).

REFERÊNCIAS

A SESSÃO de hontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Correio Paulistano**, São Paulo/SP, ed. 19542, p. 05, 02 dez. 1917.

ÂNGELIS, Nicolau Meira de. Pela perfeição da raça brasileira. *In*: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Tese nº 78. Brasília: INEP, 1997 (1927). p. 437-445.

BOAVENTURA, Edvaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar**: uma história da Eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

CARNEIRO, Levi. Educação e Legislação. *In*: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. v. 1, p. 107-116.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil - 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 399 p. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins.

DÁVILA, Jerry; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e Educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 227-234, dez. 2016.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da Eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da Educação**. vol. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1929. 168 p. (Coleção Bibliotheca de Educação).

ESTIMULANDO o aperfeiçoamento da raça. **Correio de São Paulo**, São Paulo/SP, ed. 1194, p. 07, 07 maio 1936.

FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual (1976). *In*: **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 213-219. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no *Collège de France* (1975- 1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: volume 1 - a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020a (1976). 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250. Tradução de Vera Porto Carrero.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou**: raça, eugenia e nação. Curitiba: Appris, 2023. 195 p.

HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas e Educação: desdobramentos para a pesquisa. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 03, 2015, p. 788-796.

JARDIM, Alex Fabiano Correia. Michel Foucault e a Educação: o investimento político do corpo. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 8, n. 2, jul./dez. 2006, p. 103-117.
Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/223/215>.
Acesso em: 04 jan. 2022.

KEHL, Renato Ferraz. 2ª Sessão ordinária. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919b. p. 29-31.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a, v. 3, p. 45-61.

KEHL, Renato Ferraz. **A fada hygia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930a. 171 p.

KEHL, Renato Ferraz. A nova fase do Boletim de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Piracicaba/SP, ano 4, n. 37, p. 03, jan.-mar. 1932c.

KEHL, Renato Ferraz. **Bíblia da Saúde: Hygiene**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926. 482 p.

KEHL, Renato Ferraz. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 01-02, nov. 1930b. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Darwinismo Social e Eugenia. *In: Annaes de Eugenia* (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919a. p. 175-184.

KEHL, Renato Ferraz. Educação eugénica. *In: Kehl, Renato Ferraz (org). Educação eugénica*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932b. p. 01.

KEHL, Renato Ferraz. **Eugenia e medicina social: problemas da vida**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. 239 p.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino da Eugenia nas escolas secundárias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 05, jun. 1931. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino da Genética nas escolas primárias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 04, nov. 1929c. Separata da Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino de Hygiene nas escolas primárias. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 126, p. 03, 14 jun. 1923a.

KEHL, Renato Ferraz. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 01-04, jan. 1929b. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. O problema da Educação sexual: importância eugénica, falsa compreensão e preconceitos - como, quando e por quem deve ser ela ministrada. *In: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação*, Tese nº 75. Brasília: INEP, 1997 (1927). p. 433-437.

KEHL, Renato Ferraz. O problema do casamento. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 84, p. 04, 10 abr. 1923b.

KEHL, Renato Ferraz. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 5, p. 01-02, maio 1929d.

KEHL, Renato Ferraz. Porque sou eugenista. *In*: Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugênica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932a. p. 03-11.

KEHL, Renato Ferraz. **Sexo e civilização**: Aparas eugênicas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 287 p.

KERN, Gustavo da Silva. A Educação eugênica nos Annaes de Eugenia. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 301-321, jan./abr. 2020.

LEÃO, A. Carneiro. Apreciações de higienistas e educadores. *In*: KEHL, Renato. **A fada hygia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p. 167-168.

MOURA, José Olegário de Almeida. Saneamento, Eugenia e Civilização. *In*: **Annaes de Eugenia** (Sociedade Eugênica de São Paulo). São Paulo: Revista do Brasil, 1919. p. 82-90.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. **Até que a Eugenia nos separe**: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936). 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: Ensaios de Biopolítica. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2011. 252 p.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da Educação higiênica escolar. *In*: COSTA, Maria José Franco Ferreira de; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Tese n° 1. Brasília: INEP, 1997 (1927), p. 29-33.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica CASTI CONNUBII do Sumo Pontífice Pio XI**. Dispõe acerca do Matrimônio Cristão em face das atuais condições, exigências, erros e vícios da família e da sociedade. 2014 (31 dez. 1930). Veritatis Splendor. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/casti-connubii-pio-xi-31-12-1930/>. Acesso em: 21 out. 2024.

RIBEIRO, Leonídio. Vantagens do exame medico antes do casamento. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 46, p. 02-03, 22 fev. 1930.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa**: pensamento educacional, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, Blumenau, v. 1, n. 32, p. 45-68, 2012.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 18 set. 2022.

SILVA, Mozart Linhares da. **Produção de subjetividades raciais no Brasil**: da democracia racial às políticas de identidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 134 p.

SILVA, Mozart Linhares da; HILLESHEIM, Betina. “Jogos de verdade”, Educação e o ethos do fascismo contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 01-17, 17 mar. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SILVA, Mozart Linhares da; SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. Necrobiopolítica, imunidade de rebanho e processos de educabilidade na gestão da pandemia da COVID-19 no Brasil. *In*: CANNAVÔ, Vinicius Barbosa; PINTO, Tainá Suppi; ROCHA, Cristianne Maria Fammer. **Nos rastros de Foucault**: diálogos contemporâneos. São Paulo: Pimental Cultural, 2022. p. 166-196.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a Eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 330 p.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: raça, gênero e nação da América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.